

INCLUSÃO DIGITAL NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFSM

Adauton Ezequiel Müller¹
Andréa Forgiarini Cecchin²
Vanessa dos Santos Nogueira³

RESUMO

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa “Assistência Estudantil e inclusão digital: da implementação à institucionalização de ações na UFSM” vinculada ao Mestrado Profissional, Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, que discute a Assistência Estudantil (AE) e a inclusão digital, a partir da percepção dos estudantes sobre os auxílios implementados na UFSM, no período que compreende os anos de 2020 e 2021. Fundamenta-se no Decreto 7.234/2010 e em estudiosos como Bonilla e Oliveira (2011), Pischetola (2016) e Neves (2019), que debatem a inclusão digital. Desenvolve-se por meio de revisão de literatura, análise documental, questionário online e entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados por meio da ATD - Análise Textual Discursiva. Da aplicação da ATD, obteve-se um universo extenso de categorias. Contudo, neste trabalho exploram-se “As ações de inclusão digital: sua importância para a permanência dos estudantes e sua contribuição para os objetivos do PNAES”, categoria que foi estruturada para responder a seguinte questão: Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM? Conclui-se que as ações de inclusão digital oportunizadas pela AE da UFSM influenciam na permanência dos estudantes, na medida em que propiciam acesso aos recursos (equipamentos e dados de internet), possibilitam acesso às aulas, aos conteúdos, ao Moodle UFSM e, com isso, a melhoria das condições de aprendizagem. Segundo os participantes, as ações são de fundamental importância e oportunizam as condições para a permanência, sobretudo, aos ingressantes pelas cotas. Assim, em virtude de sua contribuição com o papel social da UFSM e com a inclusão social, pensa-se que essas ações precisam ser institucionalizadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Assistência Estudantil, PNAES, Tecnologias na educação, Inclusão digital.

INTRODUÇÃO

No contexto da educação superior, ações voltadas à inclusão digital dos estudantes estão previstas e são tidas como estratégicas para a permanência dos estudantes na universidade desde a publicação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234/2010, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010). No entanto, na maioria das

¹ Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria, assistente social da Universidade Federal de Santa Maria -UFSM, adauton.muller@ufsm.br;

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS, professora titular da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, andrea.cecchin@ufsm.br;

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, professora da Faculdade SOBRESP, vanessa.nogueira@ufsm.br;

universidades elas não são uma realidade e somente encontraram visibilidade, a partir das transformações enfrentadas pelas Instituições Federais de Ensino (IFES) durante a emergência sanitária relacionada ao Coronavírus (SARS-CoV2), quando os sistemas de ensino foram transpostos de modo transitório e emergencial para a modalidade *online*, obrigando aos estudantes e professores a interação por meio de ferramentas tecnológicas e mobilizando uma maior demanda de auxílio por parte dos estudantes para a sua permanência em seus cursos.

O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa *Assistência Estudantil e inclusão digital: da implementação à institucionalização de ações na UFSM*, realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre os anos de 2020 e 2022, com os estudantes beneficiários pelo Programa de Assistência Estudantil, com os gestores deste programa e com os Técnico Administrativos em Educação (TAEs), que estiveram envolvidos na implementação de auxílios inclusão digital para os estudantes atendidos pela política institucional de AE.

O estudo que origina o recorte vincula-se ao Mestrado Profissional, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria e ao Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade – INTERFACES/CNPq⁴. Cumprindo preceitos éticos, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFSM) e aprovado pelo Parecer Consubstanciado nº 5.271.612 de 03 de março de 2022.

Com este trabalho, objetiva-se refletir sobre a Assistência Estudantil e as ações para inclusão digital destacando-se a percepção dos estudantes beneficiários da política de Assistência Estudantil da UFSM sobre os auxílios que foram implementados.

O PNAES se tornou uma política cuja importância é evidenciada pela sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e regionais e tem oportunizado melhores condições para a permanência dos estudantes nas IFES, sobretudo aos egressos pelas ações afirmativas.

Na UFSM, as ações de AE a que se referem o PNAES são oportunizadas por meio do Programa de Benefício Socioeconômico (BSE). Este programa atende os estudantes por meio de alimentação, transporte, moradia estudantil, educação infantil e aquisição de material pedagógico. A UFSM é uma instituição com uma reconhecida trajetória de investimentos nas ações de assistência estudantil e tem o seu Programa de Assistência Estudantil consolidado.

Este estudo organiza-se metodologicamente em uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, que foi desenvolvido a partir de revisão de literatura,

⁴ Este grupo reúne pesquisadores da área da Educação com o propósito de desenvolver estudos acerca da Educação, do uso das tecnologias e de suas implicações para a sociedade brasileira (CNPQ, [s.d]).

análise documental, aplicação de questionário *online* e entrevistas semiestruturadas. Os dados produzidos foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) na perspectiva dos autores Moraes e Galiazzi (MORAES; GALIAZZI, 2016).

A partir da apresentação de uma das categorias resultantes da pesquisa e que aborda a percepção dos estudantes sobre os auxílios que foram implementados na Universidade Federal de Santa Maria, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL

As ações de assistência estudantil, implementadas com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, no contexto da educação superior, têm assumido papel central para a garantia do direito à educação. O Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), possibilita às Instituições Federais de Ensino (IFES) organizar as suas políticas institucionais de assistência estudantil e atender os estudantes com os recursos necessários para a sua permanência nas universidades.

Para tal, “As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (Brasil, 2010).

De modo a atender estes objetivos, cada IFES possui autonomia para estruturar a oferta de suas ações. No entanto, apesar delas encontrarem-se previstas no Decreto PNAES, as IFES possuem autonomia para desenvolver as ações de acordo com as suas demandas e realidades institucionais.

Assim, a partir do PNAES os estudantes podem ser atendidos com:

I – moradia estudantil; II – alimentação; III - transporte; V - atenção à saúde; V- inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Parte destas ações, na UFSM, são materializadas pelo Programa de Benefício Socioeconômico (BSE). Este programa instituído pela Resolução nº 35/2015, de 30 de dezembro de 2015, “consiste em um conjunto de ações de assistência estudantil desenvolvidas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)” (UFSM, 2015). O Programa de Benefício

Socioeconômico (BSE) oportuniza aos estudantes “I - Alimentação; II - Transporte; III - Moradia Estudantil; IV - Educação Infantil; e, V - Aquisição de Material Pedagógico” (UFSM, 2015).

Pelo investimento nas ações de assistência estudantil e pela sua oferta desde a sua criação, mesmo antes da implementação do PNAES, a instituição é reconhecida nacional e internacionalmente. Apesar disto, ações especificamente voltadas à inclusão digital, que são o foco deste estudo, não vinham sendo executadas pela UFSM e, não diferentemente das demais IFES, passaram a serem demandadas a partir da emergência sanitária globalmente enfrentada com a pandemia do Coronavírus (SARS-CoV-2).

Discutir a inclusão digital no campo da Educação é um tema complexo e abrangente, que nos coloca em reflexão acerca do potencial das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs), o aprendizado dos cidadãos e por meio dele, como elemento para a inclusão social.

Compreender e problematizar este termo assume importância crucial no contexto contemporâneo, uma vez que a inclusão digital se constitui em uma das pautas das políticas públicas e objeto de ação das mais diferentes instituições (Bonilla; Oliveira, 2011). Dentre elas, no contexto da educação, as universidades.

Na sociedade contemporânea, a comunicação se constitui em um direito humano básico que se efetiva por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (Bonilla; Oliveira, 2011). Deste modo, “o direito ao acesso às TIC e a liberdade de expressão e interação em rede passam, efetivamente, a compor o contexto da constituição da cidadania contemporânea” (Bonilla; Oliveira, 2011, p. 33).

No âmbito da educação brasileira, o que vislumbramos para a inclusão digital é evidentemente resultado das transformações nas áreas das TDICs que mais intensamente podem ser observadas desde os finais do século XX (Neves, 2019). Neste cenário, assenta-se uma nova estruturação da sociedade alicerçada na utilização das TDICs, a partir da modificação das atividades humanas e da intensificação de complexas redes, impactando nas formas de relacionamento das pessoas, na produção, no consumo e nas relações de trabalho e estudo. Se organiza um movimento fluido determinado pelas intencionalidades colaborativas e trocas de informações constantes (Neves, 2019). Essas transformações podem ser percebidas também nas universidades.

A pesquisa das últimas décadas tem contribuído para apontar alguns elementos que são essenciais para a inclusão digital dos sujeitos:

[...] o acesso significativo à informação, o desenvolvimento de capacidades para a seleção e o uso dos recursos postos à disposição pela tecnologia, o acesso à rede digital enquanto possibilidade de intercambiar opiniões e informações, aprofundar temas de interesse, conhecer os eventos mundiais e participar da vida política (Pischetola, 2016, p. 9).

Na perspectiva deste trabalho, entende-se que a inclusão digital dos estudantes depende que estes elementos essenciais sejam apropriados pelos jovens, sendo imprescindíveis para a concretização do processo educacional, a partir do contexto do ensino e da pesquisa, que são juntamente com a extensão, razões do existir da universidade. Os estudantes precisam alcançar determinados níveis de conhecimento de modo que propiciem a utilização das TDICs para o aprendizado. Além disso, precisam reunir as condições materiais para o acesso aos equipamentos/recursos tecnológicos e o acesso às redes informacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se analisar o contexto da Universidade Federal de Santa Maria em relação à oferta de ações para a inclusão digital dos estudantes, observou-se que, apesar de estarem previstas no rol de ações a serem oportunizadas a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), elas não vinham sendo desenvolvidas, estando então associadas ao novo contexto enfrentado a partir da pandemia de Coronavírus (SARS-CoV 2).

Na UFSM, entre os anos de 2020 e 2022, durante o estabelecimento do Regime de Exercícios Domiciliares Especiais - REDE⁵ (UFSM, 2020a), foram sistematizadas pela instituição duas modalidades de auxílio inclusão digital para os estudantes: o auxílio inclusão digital para aquisição de equipamentos e o auxílio inclusão digital para aquisição de plano de internet (Müller, 2022).

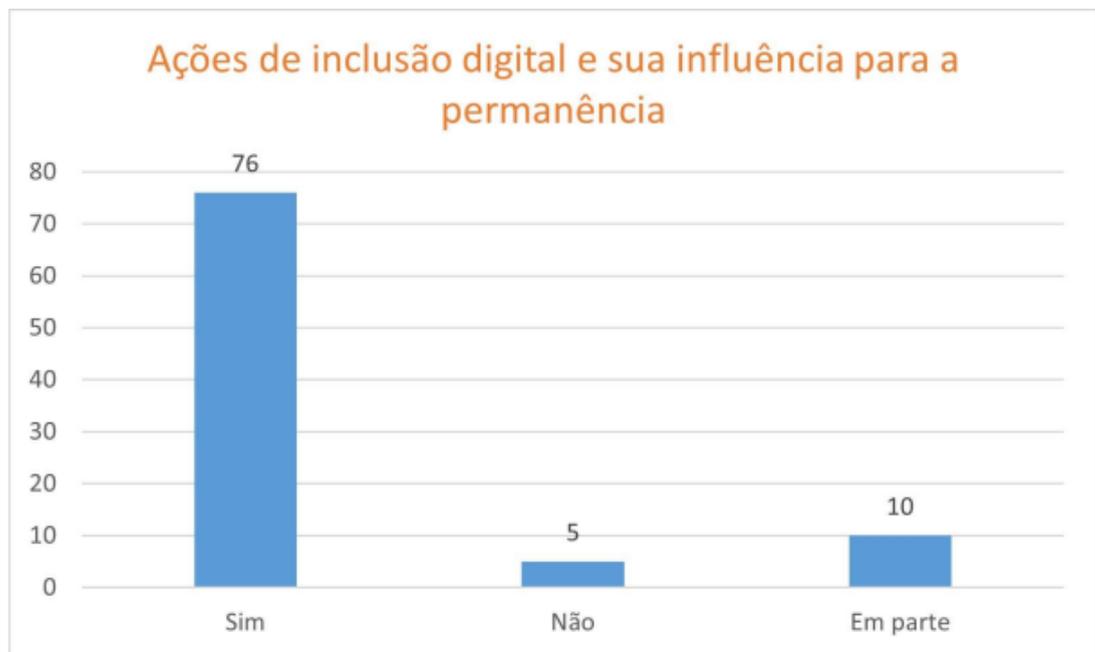
O auxílio à inclusão digital para aquisição de equipamentos foi estruturado com o objetivo de proporcionar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estratégias de acesso a equipamentos para inclusão digital relacionados às atividades acadêmico-científicas em REDE (UFSM, 2020b) e o auxílio à inclusão digital para aquisição de planos de internet, para possibilitar os recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou dados móveis também indicado para as atividades acadêmico-científicas em REDE (UFSM, 2020c).

⁵ Resolução n.º 024/2020/UFSM, de 11 de agosto de 2020, que regula o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) e outras disposições afins, durante a Suspensão das Atividades Acadêmicas Presenciais em face da Pandemia da COVID-19.

Em relação aos auxílios oportunizados pela UFSM, de um modo geral, observou-se que os participantes conseguiram identificar as ações implementadas no contexto pandêmico e oportunizadas pela instituição em termos de auxílios para a inclusão digital e compreenderam a sua importância para permanência dos estudantes no ensino remoto emergencial adotado pela instituição.

Durante a aplicação de questionário *online*, perguntou-se aos estudantes sobre a influência destes auxílios para a permanência dos estudantes na instituição e obteve-se a informação de que para um significativo número de estudantes as ações implementadas pela UFSM foram importantes, influenciando na permanência dos jovens em seus cursos. Uma síntese deste resultado pode ser observada no gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Ações de inclusão digital e sua influência para a permanência



Fonte: Müller, 2022.

Os dados do Gráfico 1 revelam que, para 76 dos 91 estudantes participantes do estudo, as ações oportunizadas pela PRAE para a inclusão digital dos estudantes influenciaram na sua permanência na UFSM. Um segundo grupo com o total de 10 estudantes respondeu à pesquisa manifestando acreditar que as ações influenciaram em parte na sua permanência na instituição. Somente 5 estudantes julgaram que as ações não influenciaram na sua permanência. Desse modo, somando-se o percentual de estudantes que julgaram influenciar com os que perceberam a sua importância em parte, têm-se o total de 86 estudantes para os quais os auxílios que foram oportunizados para aquisição de plano de internet ou dados

móveis e aquisição de equipamentos, repercutem direta e positivamente na sua permanência na UFSM.

A partir da percepção dos estudantes atendidos por essas ações, é possível afirmar que o que foi oportunizado pela UFSM, em termos de acesso às condições materiais (aquisição de equipamento e plano de internet) para a inclusão digital, contribuiu para viabilizar a permanência dos estudantes nos seus cursos e na instituição. (Müller, 2022).

Um outro aspecto destacado pelos respondentes ao questionário *online* e que demonstra a sua percepção sobre a importância dos auxílios, são as falas sobre a relevância destas iniciativas, principalmente para o público que ingressa nas IFES a partir das cotas para estudantes de baixa renda, conforme previsto na Lei 12.711/2012⁶. Na UFSM este público ingressa pelas denominadas cotas L1, L2, L9 e L10 (UFSM, [s.d]).

No quadro 1 a seguir, destaca-se algumas falas que demonstram esta assertiva.

Quadro 1 - Falas sobre a importância dos auxílios inclusão digital

Argumentos sobre a importância	Sujeitos da pesquisa
“Elas são de fundamental importância para garantir a permanência dos estudantes na universidade”	Estudante 63
“Pois o auxílio digital oportunizou que alunos de baixa renda pudessem comprar materiais necessários para o acompanhamento das aulas”.	Estudante 30
“Acredito que o auxílio promove a chance de alunos que não possuem recursos, adquirir equipamentos, dados móveis, dentre outros, possibilitando uma melhoria em seu ensino”.	Estudante 86
“Eu não possuía nenhum outro recurso além do celular para assistir as aulas e realizar as tarefas, isso acaba desmotivando a continuar estudando, tendo em vista que não atendia minhas necessidades. Com o auxílio consegui comprar um tablet para assim melhorar um pouco a qualidade de meus estudos e permanecer estudando”.	Estudante 2
“É necessário possuir equipamentos para	Estudante 58

⁶ A UFSM segue a Lei nº 12.711/2012, que indica que 50% das vagas devem ser destinadas a estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (UFSM, [s.d]).

complementar as pesquisas e desenvolvimentos de trabalhos durante o período sem acesso aos equipamentos da universidade ou nos períodos em casa”.	
“As ações auxiliam os alunos a dar prosseguimento nos estudos”.	Estudante 79

Fonte: Adaptado de Müller, 2022.

A partir da análise do quadro, é possível observar que para estes estudantes, os auxílios inclusão digital foram de fundamental importância, pois eles oportunizaram o acesso às condições materiais para a aquisição de equipamentos e planos de internet ou pacote de dados, o que lhes permitiu o acompanhamento das aulas, principalmente no período em que estas estiveram centralizadas na interação colaborativa a partir do uso das tecnologias, na modalidade remota, ou seja, durante o REDE-UFSM (Müller, 2022).

Ademais, muitos estudantes dispunham somente de seu dispositivo móvel, ou ainda, muitas vezes utilizavam equipamentos compartilhados, conforme destacado no quadro acima, e já verificado em estudos anteriores, como apontam os dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduando das IFES realizada em 2018. Este estudo indicou que “a maioria dos jovens de níveis mais baixos de renda acessa a rede mundial de computadores por aparelhos celulares” (ANDIFES, 2019, p. 142). Além disso, esta pesquisa identificou que 12,7% do total dos pesquisados não tinham nenhum computador em casa e que 55,7% dos estudantes que não dispunham de computador em casa, costumavam acessar mídias eletrônicas como fonte de informação, por meio de aparelhos celulares (ANDIFES, 2019).

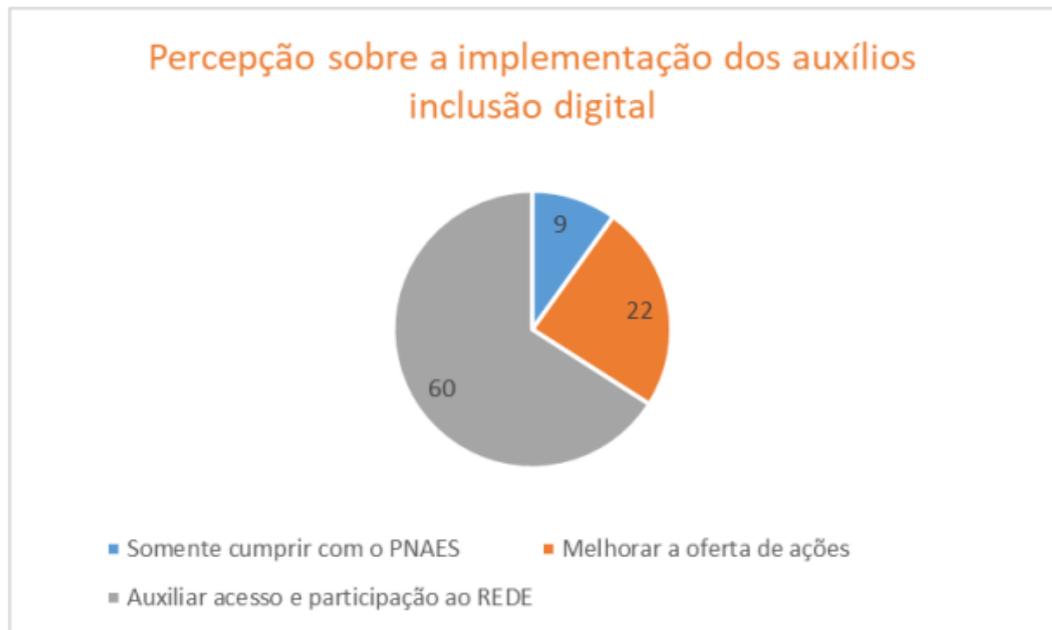
Para estes estudantes a oferta das ações de inclusão digital que foram sistematizadas pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSM, se constituiu em uma oportunidade para modificar a sua situação e qualificar o seu potencial para os estudos e a pesquisa. Destaca-se que estas atividades, constituintes da formação no nível superior de ensino, não acabaram com o término do REDE-UFSM e o retorno das atividades presenciais na instituição. Deste modo, os auxílios inclusão digital assumem importância em um contexto mais amplo e duradouro da vida acadêmica dos estudantes, que se reflete na sua trajetória durante a continuidade de seus cursos e até a sua conclusão.

Outra pergunta realizada aos estudantes buscou compreender se estes dimensionam o contexto institucional de implementação dos auxílios. Para isso, precisavam responder sobre a sua natureza e dentre as possibilidades de resposta foi possibilitado indicar: 1. Os auxílios foram pensados somente para cumprir com o que está previsto no PNAES, no que diz respeito

à inclusão digital; 2. Foram organizados para melhorar as condições de oferta de ações de inclusão digital pela PRAE/UFSM; 3. Para auxiliar os estudantes nas demandas de acesso e participação ao REDE durante a suspensão das aulas presenciais. (Müller, 2022).

É possível compreender como os estudantes percebem a implementação das ações a partir do exposto no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Percepção dos estudantes sobre a implementação dos auxílios inclusão digital



Fonte: Müller, 2022.

Na análise do gráfico, verifica-se que os estudantes percebem que as ações de inclusão digital que foram implementadas pela Universidade Federal de Santa Maria estiveram relacionadas ao contexto mais específico de possibilitar acesso e participação ao REDE, no período em que houve a suspensão das aulas presenciais. Do total de 91 estudantes, 60 deles sinalizaram essa opção. Um segundo grupo composto por 22 estudantes indicou que as ações foram organizadas simplesmente para melhorar as condições da Assistência Estudantil a partir da oferta de ações de inclusão digital pela PRAE/UFSM. Somente 9 estudantes acreditam que a instituição adotou as medidas com o simples objetivo de cumprir com o que está previsto no Decreto PNAES.

Desta maneira, se pode afirmar que os estudantes compreendem a natureza da implementação dos auxílios e os relacionam com as dificuldades enfrentadas em virtude da emergência sanitária relacionada ao Coronavírus e a implementação de sistemas remotos de ensino, período no qual se evidenciou a necessidade de implementação de políticas públicas

para a inclusão digital e, a partir dela, a contribuição da instituição para a permanência dos estudantes na universidade. (Müller, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as ações de inclusão digital oportunizadas pela AE da UFSM influenciam na permanência dos estudantes na medida em que propiciam acesso aos recursos (equipamentos e dados de internet), possibilitando o acesso às aulas, aos conteúdos, ao Moodle UFSM e, com isso, a melhoria das condições de aprendizagem.

Na percepção dos estudantes atendidos, o que foi proporcionado pela UFSM esteve organizado especificamente para o contexto relacionado ao Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) e, a partir dele, à transposição das atividades acadêmicas para o sistema emergencial de ensino na modalidade remota. Entretanto, se torna importante destacar que a oferta das ações de inclusão digital que foram sistematizadas pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSM se constituíram em uma oportunidade para modificar, de modo significativo, a situação dos estudantes qualificando-os a partir do acesso aos equipamentos e aos planos de internet o seu potencial para os estudos e a pesquisa.

Ao considerar-se que as atividades de ensino e pesquisa são constituintes da formação no nível superior de ensino, se torna imprescindível que a instituição mantenha a oferta de ações para a inclusão digital de seus estudantes, pois segundo os participantes do estudo, tais ações foram fundamentais para garantir as condições de permanência na universidade, sobretudo, aos ingressantes pelas cotas. Deste modo, entende-se que em virtude de sua contribuição com o papel social da UFSM, com a inclusão social e pela sua contribuição para a garantia do direito à educação, essas ações deveriam ser institucionalizadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-dePerfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Sistema RNP. **Alunos Conectados**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.rnp.br/sistema-rnp>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BONILLA, M. H. S.; OLIVEIRA, P. C. S. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. L. (Orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 23-48.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil -Lattes**: Grupo de Pesquisa Interfaces - Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade. Disponível em <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/27146>. Acesso em 16 nov. 2023.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MÜLLER, A. E. **Assistência estudantil e inclusão digital**: da implementação à institucionalização de ações na UFSM. 2022. 225p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27598/DIS_PPGPPGE_2022_MULLER_ADA_UTON.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 16 nov. 2023.

NEVES, B. C. **Inclusão digital na educação**: ciborgues, hackers e políticas públicas. Curitiba: CRV, 2019.

PISCHETOLA, M. **Inclusão digital e educação**: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 027, de 16 de junho de 2020**. Edital de acesso aos recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou de dados móveis indicado para as atividades acadêmico-científicas em Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE). Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2020c. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/06/2020.06.16_Edital-027-2020-prae_-Aux%C3%ADlio-Inclus%C3%A3o-Digital-1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 035, de 28 de setembro de 2021. Aquisição de Equipamentos – 2º Semestre de 2021**. Edital de acesso à equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais). Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2021b. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&download=false&id=13757100>. Acesso em: 04 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Guia SISU na UFSM**: informações que auxiliam você a ingressar na Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: Pró-Reitoria de Graduação, [s.d]. Disponível em:



<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/501/2022/02/Guia-SISU-na-UFSM.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 035, de 08 de dezembro de 2015.** Regulamenta o Programa de Benefício Socioeconômico no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, e revoga a Resolução n. 005/08. Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2015b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 024, de 11 de agosto de 2020.** Regula o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) e outras disposições afins, durante a Suspensão das Atividades Acadêmicas Presenciais em face da Pandemia da COVID-19. Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2020a. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivoIndexado&download=false&id=265269>. Acesso em: 14 jul. 2021.